

# Acerto com Clube de Paris avança

25 MAR 1986

*Nada foi*

por Paulo Sotero  
de San José

Com a dívida externa aos bancos comerciais negociada até o ano que vem, o Brasil prepara-se agora para arrumar as contas com os governos dos países industrializados. O presidente do Banco Central (BC), Fernão Bracher, acertou a retomada dos contatos na semana passada, em conversa telefônica com Jean-Claude Trichet, secretário executivo do Clube de Paris.

Em meados do mês que vem, o assessor internacional do Ministério da Fazenda, Alvaro Alencar, e o diretor da Dívida Externa do Banco Central (BC), Antônio de Pádua Seixas, irão a Paris para uma conversa preliminar. De acordo com o BC, o Brasil deve cerca de US\$ 8 bilhões ao Clube de Paris, dos quais cerca de US\$ 600 milhões em amortizações já vencidas. O País deve, também, um total de US\$ 625 milhões em juros atrasados. A dívida brasileira aos países industrializados consiste, essencialmente, em créditos fornecidos por suas agências de exportação, como o Eximbank dos EUA.

A recusa do governo brasileiro em entrar em um entendimento formal com o Fundo Monetário Internacional (FMI) foi o motivo alegado até agora pelo Clube de Paris para não negociar. Nada mudou nem parece em via de mudar na

posição do Brasil em relação ao Fundo. As autoridades econômicas brasileiras estão convencidas, porém, de que existe espaço para uma nova tentativa de negociação. Esta convicção parece estar baseada em alguns sinais captados junto a representantes dos governos credores, bem como em alguns cálculos derivados do acordo com os bancos, que acabaram reforçados pela reforma econômica decretada pelo presidente José Sarney no final do mês passado.

Sabe-se que, quando Funaro e Bracher começaram a armar a negociação com os bancos, funcionários categorizados dos países industrializados tentaram torpedear a operação. A pressão pesou decisivamente na limitação do alcance da negociação, mas não foi suficiente para impedi-la. Além disso, segundo relatos publicados nos jornais, e que não foram desmentidos, a negociação com os bancos só foi concluída na noite do dia 29 de fevereiro passado, depois que Paul Volcker, "chairman" do Federal Reserve Board (o banco central dos EUA), deu luz

verde ao comitê de bancos credores.

Esses fatos parecem ter encorajado as autoridades econômicas brasileiras a calcular que, se os governos dos países industrializados, a começar pelo dos EUA, podem conviver com um acordo de negociação entre o Brasil e seus credores privados sem a chance do FMI, eles provavelmente podem aceitar um acordo semelhante de seus créditos ao Brasil. Com isso em mente, o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, conversou com vários embaixadores dos países-membros do Clube de Paris, nas últimas semanas.

O governo brasileiro acredita que a renegociação da dívida oficial contém dois atrativos para os governos credores. Um dos atrativos é o reforço do tratamento caso a caso dos países endividados, que eles, temendo a formação de um cartel de devedores, sempre consideraram uma espécie de pedra fundamental da fórmula para enfrentar a questão da dívida da América Latina. Ironicamente, o governo brasileiro tornou-se agora um ardoroso defensor do trata-

mento caso a caso e está disposto a testar a sinceridade dos governos credores em relação a este ponto.

O Brasil, disse no último sábado o presidente do Banco Central, na Costa Rica, considera-se, de fato, um caso absolutamente à parte. "Nós não temos déficit no balanço de pagamentos e não estamos precisando de dinheiro do FMI. Portanto, não temos porque recorrer ao Fundo", afirmou ele numa entrevista que concedeu a dois jornalistas europeus.

Mas o Brasil não vai precisar de dinheiro novo em 1987? "Sim, mas nós não estamos pensando em obter esse dinheiro sob a forma de empréstimos voluntários mas sim através de operações normais de mercado", respondeu Bracher. Entre essas operações, indicou ele, estariam novos investimentos de risco no País ou mesmo empréstimos voluntários dos bancos, sob a forma de cofinanciamento com o Banco Mundial.

Falando na segunda-feira passada a uma plateia de executivos de bancos, em Nova York, o ex-ministro da Fazenda e do Planejamento Mário Henrique Simonsen já havia feito cálculo semelhante. Simonsen previu que, com a estabilização dos preços internos, que ele considera um objetivo realista do Plano do Cruzado, e a manutenção dos altos saldos comerciais que o Brasil alcançou nos últimos anos, os investimentos estrangeiros voltarão naturalmente ao País, a um ritmo de US\$ 3 bilhões a US\$ 4 bilhões por ano.

Esses cálculos reforçam a convicção das autoridades econômicas sobre a falta de sentido em qualquer acordo de tipo tradicional entre o Brasil e o FMI. Existe, admite Bracher, a disposição do governo, como membro pleno do FMI, de estudar uma fórmula nova de cooperação com a instituição que fosse ao mesmo tempo apropriada para "o caso do Brasil" e suficiente para contentar os credores oficiais e privados.